DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

21ª Edição

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área econômico--financeira que estejam interessados em compreender, de forma simples e direta, a influência da economia no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.

Expediente (comissão organizadora do evento: relação das pessoas responsáveis pela publicação);
HEAD EDITORIAL: Edgard Cornacchione
HEAD DE PESQUISA: Fernando Dal-Ri Murcia
RELAÇÃO COM O MERCADO: Gabriel Emir Moreira e Silva
JORNALISTA: Fernanda Araujo S. Zambianco
SÉRIES E DADOS: Marcelo Souza
ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO: Victor Boscato
DESIGNER: Bruna Coelho Cruz

Periodicidade da publicação;
Mensal

Idioma(s)
Português

Autor corporativo
Fipecafi; R. Maestro Cardim, 1170 - Bela Vista, São Paulo - SP, 01323-001

Endereço de contato;
denarius@fipecafi.org

Edição atual (com área de numeração para cada edição, deverá ter a designação numérica completa no cabeçalho da página, abaixo do título, conforme a periodicidade anual. Os artigos deverão estar disponíveis para leitura);
https://denarius.info/denarius-divulga-sua-primeira-edicao-do-ano-de-seu-boletim-economico-financeiro-com-destaque-para-a-taxa-de-desocupacao/

Edições anteriores

Primeira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/08/Boletim-Denarius-06-08.pdf
Segunda edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/09/10-09-BOLETIM-SETEMBRO-2.pdf
Terceira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/10/Boletim-Denarius-Outubro-1.pdf
Quarta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/11/Boletim-Denarius-Novembro.pdf
Quinta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/12/Boletim-Denarius-Dezembro.pdf
Sexta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/01/Boletim-Denarius-Janeiro.pdf
Sétima edição: https://denarius.info/arquivos/07_Boletim_Denarius_Fevereiro_2022.pdf
Oitava edição: https://denarius.info/arquivos/08_Boletim_Denarius_Mar%C3%A7o_2022.pdf
Nona edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/04/Boletim-Denarius-Abril-1.pdf
Décima edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/05/Boletim-Denarius-Maio.pdf
Décima primeira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/06/Boletim-Denarius-Junho.pdf
Décima segunda edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/07/Boletim-Denarius-Julho-1.pdf
Décima terceira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/08/Boletim-Denarius-Agosto.pdf
Décima quarta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/09/Boletim-Denarius-Setembro.pdf
Décima quinta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/10/Boletim-Denarius-Outubro.pdf
Décima sexta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/11/Boletim-Denarius-Novembro.pdf
Décima sétima edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/12/Boletim-Denarius-Dezembro-2.pdf
Décima oitava edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2023/01/Boletim-Denarius-Janeiro.pdf
Décima nona edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2023/02/Boletim-Denarius-Fevereiro-1.pdf
Vigésima edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2023/03/Boletim-Denarius-Marco23-2.pdf

DENARIUS é publicação técnica apoiada pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras).

Rua Maestro Cardim 1170
São Paulo, SP, 01323-001

21ª Edição
Abril de 2023

Copyright © 2023
Todos os direitos reservados.

Referências autorizadas desde que citada a fonte.

Os textos aqui divulgados refletem a opinião dos autores, não, necessariamente, a do Denarius

Índice

4 Apresentação

5 Editorial

7 Panorama econômico brasileiro

10 Implicações para o Mercado

13 Tecnologia e inovação de negócios

15 Saúde e previdência

23 ESG

29 Termômetros do mercado

37 Agenda de divulgações

FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira
Desde 1974

Neste mês de abril, o Boletim Denarius chega a sua vigésima primeira edição. De olho no cenário macroeconômico do Brasil e do Mundo, o período verifica uma inflação menor do que a expectativa, porém com redução nas expectativas do PIB para o ano.

Ainda sobre as análises econômicas, a coluna Panorama Econômico Brasileiro traz uma análise do professor e economista Samuel Durso sobre os primeiros 100 dias do governo Lula, bem como o que podemos esperar na condução da economia durante o mandato do atual presidente.

O editorial desta edição, escrito pelo consultor e professor Luiz Guilherme Rodrigues Antunes, traz uma reflexão sobre o uso do ChatGPT na educação e os impactos na formação profissional e preparação psicológica que trará o uso da ferramenta no processo de aprendizagem.

Na coluna sobre Saúde e previdência, o professor Luís Eduardo Afonso destaca que, apesar da necessária atenção voltada neste momento às questões tributárias, é indispensável que não esqueçamos da previdência. Tal erro poderá ter sérias consequências às gerações futuras.

Já em Tecnologia e Inovação, o Especialista em Marketing Digital Ciro Green Hervé explica a automação no marketing e o uso de softwares que permitem personalização em escala, processo que já é realidade nas empresas.

Sob o título "Modelos de precificação de ativos e a percepção de risco das empresas: o fator ESG deve estar presente?", a coluna Implicações ao Mercado ficou por conta da Professora Dra. Luciana Maia Campos Machado e do mestrando em Controladoria e Finanças Rafael Siqueira Mingone.

Por fim, na nossa coluna de ESG, em mais um artigo da 'Série "Desenvolvimento Sustentável", a equipe analisa o Relato Integrado e a sua trajetória no Brasil. Ao autores são o professor José Roberto Kassai, Fernando Dal-Ri Murcia, Eduardo da Silva Flores, Guillermo Oscar Braunbeck, João Mangabeira e Vania Borgerth.

Destaques da edição

INFLAÇÃO

o IPCA do mês de março apresentou alta de 0,71%, ante 0,84% no mês anterior. Em 12 meses, acumula 4,65%, menor taxa desde janeiro de 2021.

JÚROS

foi mantida em 13,75% a.a. na reunião de março, apesar da pressão do governo Lula para uma redução.

EMPREGO

após sucessivas quedas, a taxa de desocupação volta a subir e atinge 8,6% no trimestre encerrado em fevereiro. A taxa é a mais alta desde os três meses finalizados em setembro (8,7%)

PIB

neste início de mês o Fundo Monetário Internacional reduziu para 0,9% projeção para crescimento do Brasil em 2023. O órgão também piorou a estimativa para a alta do PIB global deste ano, de 2,9% para 2,8%.

Para ter acesso a outros conteúdos, visite nosso site denarius.info e mantenha-se atualizado com análises e estimativas do mercado econômico-financeiro.

NOVO (DE)SERVIÇO À EDUCAÇÃO?

O CASO DO CHATGPT

Por Luiz Guilherme Rodrigues Antunes

Nos últimos meses temos visto a explosão de reportagens, cursos e webinars sobre o ChatGPT. O mercado tem respondido, aparentemente, de forma positiva à tecnologia. Dentre os assuntos, há apostas sobre a "nova" revolução na sociedade civil e empresarial, extinção de profissões, e novas formas de aprendizado. Sobre essa última aposta, educacional, tenho severas críticas, para não dizer certo pessimismo.

Em pesquisa rápida no Google®, diversas matérias noticiam as maravilhas do ChatGPT. Adicionalmente, quando atribuo os termos 'educação' e suas derivações, a mesma onda de otimismo paira sobre o tema. Dentre as maravilhas do ChatGPT à educação, há reportagens que abordam a necessidade de "atualizar" os nossos sistemas de aprendizagem; nossas formas de fazer as aulas e de desenvolver capacidade para utilizar a tecnologia. Embora concorde com alguns destes pontos, acredito que o ChatGPT não seja o caminho mais adequado para essas finalidades. Pelo contrário, eu argumento que ele poderá se tornar um retrocesso. Como pesquisador e educador, entendo que o problema da educação, principalmente aos nativos digitais (geração z e outras denominações), está muito "mais embaixo" do que se adotar uma tecnologia facilitadora da vida do discente e do seu aprendizado. Baseio essa afirmativa sob algumas reflexões sobre extensa leitura no assunto que abordarei logo abaixo.

Inicialmente, a educação é uma profissão de interações. Apesar da tecnologia ter difundido o ensino para diferentes localidades, a interação entre o professor e o aluno ainda é fundamental para o aprendizado. As atividades desenvolvidas em sala de aula (física ou virtual), realizadas face-a-face (mesmo intermediado por uma tecnologia síncrona ou assíncrona), além da carga técnica, produzem habilidades e relações socioemocionais basilares para a criação do profissional e cidadão. Por exemplo, a proposição de atividade com produção de um texto (relatório, resenha etc.), individual ou em grupo, visa desenvolver habilidades de síntese e análise, o qual serão restringidos pelo uso de tecnologias como ChatGPT.

Seguindo essa mesma lógica, o ChatGPT impactará severamente em habilidades de comunicação (oral e escrita), sem falar nas perdas irreparáveis do desenvolvimento da

capacidade criativa, analíticas, reflexivas e críticas dos alunos. Em outras palavras, as próprias teorias do conhecimento, abordam a inteligência humana como resultante da aplicação do conhecimento (quando e onde), resolvendo problemas do cotidiano. A partir do momento que o Chat GPT realiza/facilita essa função, até então, exclusiva do ser humano, haverá falhas na criação de inteligências múltiplas; como também levará a problemas psicológicos devido à sensação de incompetência em desafios e interações do dia a dia.

Supor que o ChatGPT será capaz de atender todos os estilos de aprendizagens também é um problema. Indivíduos são singulares e cada um deles tem seus próprios processos de aprendizagem, conforme tem demonstrado o campo da didática. Assumir, portanto, que a tecnologia é a resposta para barreiras de aprendizado, acaba por descartar os esforços já produzidos por essas teorias. Não menos importante, além de não atender nuances do aprendizado, o ChatGPT se torna uma ferramenta exclusiva e elitista.

O uso de tecnologias requer desenvolvimento de competências que talvez uma parcela da população possa desenvolver. Pessoas idosas, com deficiência e sócio vulneráveis ficam marginalizadas à evolução tecnológica, visto que muitas vezes as tecnologias não são acessíveis. Neste sentido, reportagens têm parametrizado a aplicação do Chat GPT com base em exemplos de países desenvolvidos. Porém a realidade dos países emergentes, como o Brasil, certamente não é a mesma destas nações. Ainda temos um sistema educacional desproporcional e desigual, o que dificulta a eficiência do Chat GPT

Por fim, gostaria de fechar o meu ponto de vista com a seguinte mensagem: não sou contra o Chat GPT. Na verdade, sou contra o 'mar' de otimismo de que ele salvará a educação. Apoio e acredito no seu uso em outros ramos da sociedade. Pensando bem, em breve posso até apoiar seu uso na educação, como recurso didático, desde que ele seja relativizado, acessível e realmente oportuno ao docente-discente. Considero que essa tecnologia seja a "cereja do bolo" à medida que muito seja desenvolvido proporcionando um processo de ensino aprendizagem digno e eficiente. Destaco aqui, que a novidade tecnológica ainda não substitui as metodologias (ativas) e teorias de aprendizado, que tem demonstrado sua contribuição efetiva à aprendizagem. Para mim, antes de modernizarmos o processo educativo, precisamos construir as suas bases de maneira sólida.

Luiz é doutorando em Administração pela USP, Consultor da Guida Consultoria e Coordenador dos Cursos de Administração e Gestão Financeira e Professor da Fipecafi

100 DIAS DE GOVERNO

E AS EXPECTATIVAS PARA A ECONOMIA DO BRASIL

Por Samuel Durso

O terceiro governo Lula chega ao marco inicial dos 100 dias com grandes desafios para a economia brasileira. Este início de gestão é tido como estratégico para os novos governantes do executivo. É neste momento que os gestores públicos empossados buscam apoio, tanto político quanto social, para o desenvolvimento dos seus projetos. Os 100 primeiros dias representam, portanto, um termômetro para o que está por vir nos quatro anos de mandato.

Apesar de as dificuldades de aliança entre o governo Lula e o congresso brasileiro eleito no último ano já serem esperadas pelos especialistas, tendo em vista a acirrada disputa eleitoral em 2022, o truncamento parece ser maior do que o estimado inicialmente. Nem de longe, os 100 dias do terceiro governo Lula se assemelham com as duas outras gestões do atual presidente. Novos conflitos mostraram-se presentes neste início de gestão, tanto no âmbito interno do Partido dos Trabalhadores (PT) quanto com outros agentes do mercado.

Do ponto de vista interno, o Ministro da Fazenda escolhido por Lula, Fernando Haddad, precisou utilizar grande parte desses 100 dias para se firmar dentro do PT como o responsável pelo rumo das políticas econômicas do governo. No início do terceiro mandato do presidente Lula, Haddad perdeu uma disputa para Gleisi Hoffmann, atual presidente do partido, ao ver prorrogada a desoneração dos combustíveis, realizada ainda pelo governo Bolsonaro, a qual impacta direta e significativamente nas receitas do governo federal. Defensor da redução das renúncias fiscais, Haddad viu sua credibilidade enquanto ministro da fazenda ameaçada, o que gerou dúvidas no mercado sobre a sua capacidade de controle fiscal neste início de governo.

Do ponto de vista externo, a queda de braço entre o governo Lula e o Banco Central (BC), que se tornou autônomo em 2021, foi um marco neste início de governo. A escalada de juros realizada pelo Comitê de Políticas Monetárias (Copom), nos últimos anos, para fazer frente ao avanço da inflação, representa um dos principais entraves para as políticas

públicas do terceiro governo Lula. Isso porque, com os juros mais elevados, tem-se um desestímulo no mercado interno ao consumo e investimento, uma vez que o acesso ao crédito se torna mais restrito na economia, comprometendo as promessas de campanha realizadas pelo atual mandatário do executivo.

Neste cenário, as expectativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 têm sido mantidas em patamares irrisórios, abaixo de 1%. De forma oposta, mesmo com a manutenção dos juros em níveis elevados, as expectativas para a inflação neste ano se mantêm acima do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2020. Se as atuais expectativas se concretizarem, pelo terceiro ano consecutivo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, precisará se explicar para o Ministro da Fazenda e CMN em relação ao não cumprimento da meta estipulada.

A aparente ineficiência da política monetária atual no controle da inflação, assim como a sua ameaça para o crescimento econômico, tem colocado em xeque a autonomia do Banco Central no Brasil e o modelo tradicional de política econômica adotado pelo país. Recentemente, até mesmo Joseph Stiglitz, vencedor do prêmio Nobel de Economia de 2011, criticou o patamar elevado da taxa de juros real brasileira, que representa a maior do mundo, de acordo com o

levantamento realizado pela Infinity Asset Management no início deste ano. Esta situação se mostra ainda mais preocupante para o atual governo, que possui uma orientação para as políticas sociais que visam corrigir as iniquidades provocadas pelo mercado. Isso porque as taxas de juros mais elevadas, em conjunto com uma inflação persistente, tendem a prejudicar de forma mais significativa os agentes mais vulneráveis da economia.

Como uma alternativa para uma melhoria da economia ainda no curto prazo, o governo teve como um dos principais focos a construção de um novo arcabouço fiscal, o qual, ao mesmo tempo em que atrela os gastos do governo à geração de receita, busca retirar o atual engessamento do teto de gastos que impede a realização de políticas públicas importantes para o país. Neste sentido, o novo arcabouço fiscal apresentado pelo Ministério da Fazenda representa o principal marco dos 100 dias do terceiro governo Lula. O projeto, que ainda precisa ser analisado e aprovado pelo Congresso, foi recebido com simpatia por diferentes setores da economia, inclusive pelo presidente do BC. No mercado financeiro, o Ibovespa subiu e a cotação do dólar caiu após o anúncio do projeto.

Os 100 dias do terceiro governo Lula também trouxeram de volta algumas políticas públicas importantes dos mandatos anteriores dos governos do PT. Entre elas está o novo "Minha Casa, Minha Vida", lançado em fevereiro deste ano, que busca modernizar o programa habitacional criado em 2009, dando prioridade à população de baixa renda. Apesar de importante do ponto de vista econômico e social, este programa, que também foi um dos pilares de desenvolvimento do primeiro governo Dilma, apresenta como principal entrave a atual taxa de juros do mercado nacional, que torna incerta a realização de novos investimentos pelo setor produtivo.

Deixando o futuro da economia brasileira ainda mais incerto, no início de abril, alguns dos principais países produtores de petróleo comunicaram uma redução substancial da oferta de barris no mercado mundial, o que deverá encarecer o produto no curto prazo, gerando novos impactos inflacionários ao redor do mundo. Este evento deverá trazer de volta para os holofotes do governo as discussões sobre a política de preços praticada pela Petrobras, as quais influenciam diretamente na geração ou controle da inflação do mercado interno. Alternativas para a política de paridade internacional de preços podem se mostrar úteis para se fazer frente às oscilações da cotação da commodity no cenário internacional, ajudando no controle dos preços no mercado interno.

Os 100 dias do terceiro governo Lula mostraram que os desafios para a economia brasileira são muitos e, dificilmente, será possível ver um êxito similar ao que foi observado nos mandatos anteriores do presidente Lula. O momento econômico e social é outro, assim como as instituições de poder se mostram diferentes do cenário da primeira década dos anos 2000. Se este início de mandato representar um termômetro real do que está por vir nos próximos anos do terceiro governo Lula, é possível esperar um período de grandes disputas, o que tende a dificultar a implementação de políticas com potenciais de crescimento e desenvolvimento econômico.

Samuel é Professor Adjunto da UFMG, Doutorando em Educação (UFMG, Doutor em Controladoria e Contabilidade (USP), Mestre em Ciências Contábeis (UFMG) e Economista (UFMG)

MODELOS DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS E A PERCEPÇÃO DE RISCO DAS EMPRESAS

O FATOR ESG DEVE ESTAR PRESENTE?

Por Luciana Maia e Rafael Mingone

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou em 2017 a Instrução CVM 586 (ICVM 586). O mesmo regulador do mercado de capitais brasileiro, em 2020, editou a Resolução 14. No contexto de revisão da ICVM 480, a audiência pública visava avaliar uma série de aprimoramentos no formulário de referência.

Em 2021, a divisão de Corporate Finance da Securities and Exchange Commission (SEC) recebeu a orientação de aumentar o foco em divulgações sobre aspectos climáticos. No mesmo ano, criou-se o Climate and ESG Task Force na divisão de Enforcement. A divisão de Examinations da SEC emite o alerta de risco ressaltando o foco na revisão das práticas ESG das instituições financeiras. Já em setembro de 2021, a SEC emite um Sample Comment Letter tratando das expectativas de divulgação de assuntos climáticos.

Em 2022, o mesmo órgão regulador colocou em audiência pública regras definindo métricas ESG e demandando que as empresas divulguem e descrevam como essas métricas afetam suas estratégias de negócios. O pacote também exige a verificação externa das informações e a inclusão dos temas ESG nas demonstrações financeiras.

Banco centrais e bolsas de valores de outras jurisdições também elaboram suas próprias exigências. Além disso, as agências de rating, instituições financeiras e investidores frequentemente demandam informações de natureza ambiental, social e de governança. Ocorre que já é verificável no regime informacional das companhias abertas, ao menos no contexto brasileiro, um elevado grau de custo de observância que tem origem na redundância de normas e assimetria informacional.

Há hoje diversos estudos que correlacionam as variáveis ESG com medidas de risco e desempenho das empresas: afinal, a adoção de práticas de governança ambiental, social e corporativa podem influenciar na percepção de risco – e consequente retorno esperado por parte dos investidores, quando tratamos de companhias abertas?

Iniciativas surgem com o intuito de racionalizar essa "sopa de letrinhas" do mundo ESG. Em um outro caminho de evolução, dada a importância do tema para a sociedade como um todo (stakeholders), a contabilidade e, por consequência, os métodos de valuation precisam incorporar os "novos" componentes de atribuição e geração de valor. Diversos estudos reforçam essa perspectiva.

Com relação às organizações, sobretudo na definição da estratégia e monitoramento de desempenho, as variáveis ESG também se mostram relevantes em um contexto de incertezas em relação ao cenário em que as empresas estão inseridas e da necessidade de que modelos de negócio se tornem resilientes.

Analisando-se uma amostra de empresas que fazem parte do Índice Brasil 50 (IBrX 50) e que atendem ao requisito de divulgação do relatório de sustentabilidade, de acordo com as normas GRI, pode-se analisar essas empresas diferenciando-as entre dois grupos:

1. Empresas negociadas no Novo Mercado e que possuem relatório de sustentabilidade no modelo GRI.
2. Empresas que não são negociadas no Novo Mercado e que possuem relatório de sustentabilidade no modelo GRI.

Os resultados encontrados apontam para as seguintes evidências:

1 – As ações que não estavam sendo negociadas no Novo Mercado, entre 2018 e 2022, tiveram um retorno médio maior do que as que estavam sendo negociadas nesse segmento. 2 – As ações negociadas nos demais níveis de governança da B3, tiveram menor volatilidade nos últimos cinco anos, porém com um beta maior em relação às demais ações negociadas no Novo Mercado. 3 – A inserção do fator ESG (relatório de sustentabilidade no modelo GRI) no modelo CAPM de precificação de ativos aumentou o poder explicativo do modelo em ambos os grupos. 4 – Observou-se o mesmo efeito quando a variável ISE foi inserida no cálculo do CAPM de ambos os grupos.

Grupos	Retorno Médio	Desvio Padrão	Beta
GRI + Novo Mercado	0,05%	2,96%	0,98
GRI	0,09%	2,91%	1,17
*Retornos e desvio padrão [médios] diários.			

À luz de novas exigências da sociedade, a "revisão" de um modelo tradicional de valuation pode fornecer condições para a correta precificação de ativos com base em novas considerações de va-

lor. A partir do empirismo, a academia pode ajudar o mercado de capitais a caminhar para consolidação das métricas ESG e, por consequência, a inserção dessas pela contabilidade e métodos de avaliação.

No guia desenvolvido por Annie Bersagel, Isabelle Juillard, Thompsen e Marte Siri Storaker (2020), o que está faltando, segundo os autores, são exemplos de como aplicar as técnicas tradicionais de precificação de ativos na incorporação de informações ESG. Em outras palavras, esperam demonstrar que o ESG é de fundamental importância e envolve novas fontes de informação e novos tipos de risco.

Para a construção deste artigo partiu-se da alegação, já identificada em outros trabalhos, de que o modelo clássico de precificação de ativos, assim como suas variantes, não captura ainda a essência de variáveis sociais, ambientais e de governança. Será que devemos caminhar para a inserção de um fator ESG em modelos tradicionais de precificação de ativos?

Superintendente Acadêmica da Faculdade Fipecafi e pesquisadora do núcleo de docentes permanentes do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade FIPECAFI. Doutora em Administração de Empresas na linha de pesquisa de Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP) e Mestre em Finanças pelo Centro Universitário FECAP.

Mestrando em Controladoria e Finanças pela Faculdade FIPECAFI. Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC-SP. Membro da Comissões de Avaliação Independente do IG-SEST, da ESG da Apimec Brasil, de Mercado de Capitais do IBGC e do Grupo de Pesquisa em Desempenho e Governança da PUC-SP.

ENTENDENDO A AUTOMAÇÃO DO MARKETING

Por Ciro Green Hervé

O marketing precisa evoluir da antiga execução manual para a execução automatizada, ficando mais rápido através da automação e mais inteligente através de análises e inteligência artificial (IA).

A automação de marketing é o uso de softwares – que permitam que as empresas simplifiquem, automatizem e otimizem os fluxos de trabalho de campanhas de marketing visando aumentar a eficiência e assim impulsionar o crescimento da receita – essa é a ideia básica.

O marketing antigo permitia um ou outro: ter mídia de massa e nenhuma personalização ou ter um marketing altamente personalizado, o que significava marketing individual. Mas agora, você pode realmente fazer personalização com escala.

Ao pensar sobre o que a automação de marketing faz, destaco três funcionalidades essenciais das soluções de automação de marketing: funcionalidades de banco de dados, funcionalidades do processo e funcionalidades de análise ou otimização.

Hoje, os profissionais de marketing estão sendo pressionados a não fornecer apenas sugestões e sim mostrar onde está o dinheiro! O marketing tem que ser responsável por gerar leads e assim proporcionar caminhos para receitas, ou seja: marketing está sendo cobrado e recebendo cotas para gerar receitas e só com automação este objetivo pode ser alcançado e, se você está em um negócio onde seu ciclo de vendas é longo e complexo, pode acontecer de perder o controle desses leads em algum lugar do processo. Então, para acompanhar onde cada cliente está, quem entrou em seu funil e para poder acompanhar o que está acontecendo com esses clientes, seu programa de automação de marketing vai gerenciar esse processo de nutrição de leads até que eles se tornem um lead de vendas qualificado.

Vamos olhar de forma muito simples para quatro fases da jornada de vendas: atrair clientes, engajar-se com eles, fechar o negócio e reter ou atrair esses clientes de volta.

Assim, na atração de clientes, os casos de uso são otimização de mecanismos de pesquisa, personalização de conteúdo em tempo real, compartilhamento social e referências sociais. A propósito, isso é algo que chamamos de casos de uso de automação de inbound marketing, porque você está trazendo tráfego.

Depois de trazê-los, você quer engajá-los. E ao engajar o que fazemos é nutrir leads com base em conteúdo.

Quando chegamos no estágio de fechamento, focamos na pontuação de leads, priorização de leads e modelos de atribuição para automação. A automação de marketing neste ponto nos ajuda a descobrir qual é o valor desse lead, qual a importância desse lead em particular e, a propósito, o que fez com que esse lead chegasse até nós e progredisse? Essa é a terceira fase.

E, finalmente, no estágio de retenção, os casos de uso da automação giram em torno da compreensão de quem são nossos influenciadores.

Ao pensar sobre onde se deve usar a automação de marketing, lembre-se da jornada do cliente e pense em onde, em cada estágio da jornada a automação de marketing poderá ser aplicada para melhorar os resultados dos negócios.

Ciro é especialista em Marketing Digital, com pós-graduação em Digital Marketing Strategies (Northwestern-Kellog) e Mastering Digital Marketing (London Business School). Especialista em Vendas complexas B2B. Executivo de Vendas.

NÃO SE ESQUEÇAM

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Luís Eduardo Afonso

Desde a estabilização monetária ocorrida com o Plano Real (1994), a reforma da previdência foi uma expressão incorporada ao nosso cotidiano. Todos os governos desde então realizaram ou tentaram realizar algum tipo de reforma. Particularmente, no período 2015-2019, este tema assumiu grande proeminência, constituindo-se talvez no principal item da agenda político-econômica do país. Com a promulgação da Emenda Constitucional 103 em 2019, finalmente foi aprovada uma reforma da previdência bastante ampla. E o tema deixou de estar sob os holofotes. Este esquecimento não é adequado. Com base neste quadro, neste breve artigo, apresento uma sugestão de pauta para a previdência social no Brasil, composta por três itens, não-excludentes e de similar relevância.

O primeiro item refere-se ao desenho e à avaliação da política previdenciária. Como toda política pública, a previdência social deve ser objeto de contínua atenção. Isso implica ter objetivos bem definidos, fazer acompanhamento permanente, elaborar formas adequadas de avaliação, fazer as correções necessárias e comunicar à sociedade os elementos mais relevantes de forma clara. Este último item é particularmente relevante, dado que a previdência afeta a vida de milhões de pessoas. Assim, é fundamental avaliar as políticas previdenciárias, com base em indicadores adequados. A literatura mostra evidências sólidas de que a previdência tem impactos distributivos, que precisam ser analisados, enfatizo novamente, de forma contínua. De forma complementar, é importante que o governo esteja atento ao mercado de trabalho, visando aumentar os níveis de formalização, que são muito baixos no Brasil. As novas ocupações (trabalhadores ligados às empresas de aplicativos são um exemplo) são um grande desafio para todos os países. A inserção, de forma adequada, dos trabalhadores mais desprotegidos deve ser um objetivo primordial da política previdenciária.

O segundo item refere-se a alguns ajustes a serem feitos na reforma de 2019. O primeiro ajuste refere-se à incorporação do aumento automático da idade mínima de aposentadoria,

em função da elevação na expectativa de sobrevida, conforme constava na proposta original. Este é um elemento crítico para qualquer sistema previdenciário. Uma evidência recente é a tentativa do governo francês de elevar a idade mínima, bem como a forte reação dos trabalhadores. A incorporação deste aumento automático tenderia a reduzir o custo político desse ajuste para os próximos anos, permitindo que outros assuntos igualmente relevantes pudessem ganhar destaque. O segundo ajuste está relacionado às reformas nos regimes de previdência de estados e municípios. Com a descentralização destas reformas, a atenção da sociedade sobre os mais de 2200 regimes próprios é muito menor. Cabe um esforço grande de avaliação e acompanhamento, particularmente para diversos municípios que têm regimes mais novos, e podem apresentar equilíbrio financeiro, mas também podem apresentar desequilíbrio atuarial. Finalmente, o terceiro ajuste refere-se ao Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, cuja reforma de 2019 foi bem mais branda do que aquela realizada para os servidores civis e trabalhadores do setor privado.

O terceiro item está ligado aos aspectos gerenciais. Informações veiculadas recentemente pela imprensa[1] dão conta que havia mais de 1,8 milhão de pessoas na "fila do INSS", aguardando algum atendimento. Havia também mais de meio milhão de segurados esperando perícias. Para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a espera durava 223 dias. Para o auxílio-acidente, eram 140 dias. O impacto direto desta demora é assimétrico. As pessoas mais prejudicadas são aquelas de renda mais baixa, em condições de vulnerabilidade e mais necessitadas do suporte da estrutura de proteção social. Desta maneira, é evidente que precisa haver um esforço continuado de aprimoramento no atendimento aos segurados, para que, minimamente, os objetivos de amparar os mais desprotegidos sejam atingidos.

No momento em que escrevo este texto, a atenção dos formuladores de políticas e dos congressistas está voltada, com razão, para as discussões sobre o arcabouço fiscal e as propostas de reforma tributária. É compreensível e adequado que seja desta forma. Mas não nos esqueçamos da previdência. O ônus da desatenção recairá sobre as gerações futuras. E neste caso, será muito mais difícil fazer qualquer reforma, em um contexto demográfico bem mais desfavorável.

1 https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/16/mutirao.htm

Luiz é professor Doutor do EAC-FEA/USP. Possui graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo, graduação em Economia pela Universidade de São Paulo, mestrado em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP) e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo.

ESG

RELATO INTEGRADO
E A SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

Por José Roberto Kassai e Guillermo Braunbeck, Fernando Murcia, Eduardo Flores, Vania Borgerth e João Mangabeira.

Este é o quinto artigo da série Desenvolvimento Sustentável e a edição anterior abordou o Balanço Contábil das Nações (BCN), evidenciando a situação privilegiada do Brasil em relação a outros países nos cenários de mudanças climáticas globais. Se os países já estivessem adotando versões ESG do produto interno bruto (PIB), o PIB brasileiro ultrapassaria 4 trilhões de dólares, com os serviços ambientais produzidos por nossas florestas e biodiversidades e, nos casos dos EUA e Japão, p.ex., seriam menores ou negativos.

Nesta edição, abordaremos a trajetória do Relato Integrado ou Integrated Reporting, sob a lente particular do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP). Confira esse testemunho que se pode somar a muitos outros.

INTRODUÇÃO

Em 2014 foi publicado na revista FIPECAFI um artigo intitulado "Relato Integrado – a nova revolução contábil" (CARVALHO/KASSAI,01/08/2014) e o seu conteúdo retratava os trabalhos realizados no país para o aprimoramento dos relatos corporativos, incluindo as dimensões financeiras e não financeiras; ou na linguagem atual, nas dimensões enviromental, social and corporate Governance (ESG).

Durante a primeira década deste século, as ações envolvendo questões de sustentabilidade nos relatos corporativos ainda eram incipientes e os eventos realizados na Universidade de São Paulo para promover essa temática atraiam pequenos públicos, às vezes com menos de dez participantes.

No dia 12 de maio de 2010, foi realizado um evento sob a coordenação do NECMA/USP, intitulado "Diálogo IFRS & GRI" e acredita-se ser o primeiro evento no país para discutir sobre o relato integrado. Este evento foi realizado na Sala da Congregação da FEA/USP, cuja capacidade é de 80 pessoas e, de forma inesperada, compareceram mais de duzentas pessoas e o público restante foi alojado com telão numa sala anexa.

Os resultados desse encontro foram publicados nos anais da EnANPAD (KASSAI/HA/CARVALHO;2011) e mostraram a necessidade da convergência entre a contabilidade e os relatórios de sustentabilidade e que, no futuro, as publicações deveriam ser obrigatórias e sujeitas à auditorias.

Este futuro chegou, mais cedo do que imaginávamos, como será abordado aqui. Desde pequenos eventos realizados na Bolsa de Valores de São Paulo (B3); as reuniões da Comissão Internacional do Relato Integrado (IIRC) e do Accountint for

Sustainability (A4S); os encontros na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a coordenação de Vania Borgerth; a criação da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI); a adoção do relato integrado na prestação de contas exigidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e, dentre outros, as iniciativas globais e a parceria com a IFRS Fondation para a adoção obrigatória desses relatos, com a padronização das normas ESG e de auditoria.

LINHA DO TEMPO DO RELATO INTEGRADO

A Grande Depressão Econômica

1929 a crise de 29 persistiu nos EUA ao longo da década de 1930 e, a partir de então, os relatórios corporativos tiveram que evoluir para acompanhar as necessidades do mercado. Aqueles relatórios contábeis simples e frágeis evoluíram, desde a qualidade e controle das informações, passando pela melhoria nas normas de auditoria, dos relatórios de administração até os completos Formulários de Referência. Somente a partir da década de 1990 é que as empresas passaram a se interessar por relatórios socioambientais. Um século após, parece que estamos passando por uma "grande depressão ecológica".

Professor Nelson Carvalho

1991 foi um dos pioneiros no país a tratar sobre essa temática de meio ambiente e membro fundador do NECMA/USP. Às vésperas da RIO-92, publicou um artigo na Revista Brasileira de Contabilidade (RBC/1991), denominado "Contabilidade e Ecologia" e plantou uma semente para que a contabilidade despertasse para as questões sociais e ambientais, sobre as mudanças climáticas e a necessidade de descarbonização das economias. Ao ser questionado sobre como ele já estava antenado com esses assuntos naquela época, o professor disse que acompanhava essas discussões há tempos nas reuniões da ONU.

ISO 14000

1996 em 1993 foi criado o Comitê Técnico TC 207 para elaboração de uma série de normas relacionadas com a gestão ambiental e, em 1996, foi publicado a ISO 14001, 14010 E 14011, traduzidas para o português pela ABNT na série NBR ISO 14000, válidas a partir de 02/12/1996. Em 2010 surgiu a ABNT NBR ISO 26000, com diretrizes sobre responsabilidade social.

Balanço Social IBASE 1997

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE) é uma organização sem fins lucrativos dedicada à cidadania e foi fundado em 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e os economistas Carlos Afonso e Marcos Arruda. Em 1997 foi lançado o pioneiro Balanço Social IBASE, incentivando as empresas a relatarem informações de natureza econômica, social, ambiental, trabalhistas e de cidadania

Professor Eliseu Martins

o professor foi um dos pioneiros na FEA/USP em incluir aspectos sociais e ambientais na contabilidade, incentivou o Relatório IBASE (1997) e orientou as teses nessa área dos professores Márcia Martins Mendes de Luca (1997), Maisa de Souza Ribeiro (1998) e Ariovaldo dos Santos (1999)

CDP 2000

ou Carbon Disclosure Project (CDP) é uma organização internacional sem fins lucrativos com sedes no Reino Unido, Japão, Índia, China, Alemanha, Brasil e EUA, cujo objetivo é criar uma relação entre acionistas e empresas focadas em oportunidades de negócios decorrente do aquecimento global. Por meio de um questionário, o CDP estruturou um banco de dados com indicadores sobre empresas, cidades, governos e regiões, relacionados com o propósito de descarbonização das economias mundiais

Mervyn King 2002

as primeiras iniciativas sobre o relato integrado surgiram por ocasião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+10/2002), realizada em Joanesburgo e liderada pelo ex-juiz do Supremo Tribunal da África do Sul e presidente emérito do Internacional Integrated Reporting (IIRC), Mervyn King. Foi lançada a segunda versão do "Código King" de governança corporativa da África do Sul (King II), incluindo o termo Integrated Sustainability Reporting e baseado no modelo GRI e na abordagem do Triple Bottom Line (TBL). A versão "King III" foi lançada em 2009 com a proposição de integração das informações financeiras e de sustentabilidade e passou a ser obrigatória em março de 2010 para as empresas listadas na bolsa de valores de Joanesburgo. A versão "King IV" foi lançada em 2016, consolidando o Relato Integrado e governança corporativa baseada na transparência.

Criação da GRI

A Global Reporting Initiative (GRI), sediada na Holanda, é a iniciativa mais completa sobre relatórios de sustentabilidade e emitiu suas primeiras normas em 2002. É oportuno mencionar que essa ONG havia sido criada originalmente em 1997 em Boston/EUA

2004 NBCT 15

é uma norma brasileira de contabilidade, de aplicação voluntária e regulamentada pela Resolução 1003 de 19/08/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estabelece procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental das entidades e compreende quatro aspectos: a geração e a distribuição de riquezas (DVA), os recursos humanos, a interação com a sociedade, e a interação com o meio ambiente

Accounting for Sustainability (A4S)

é um grupo criado por sua Alteza o Príncipe de Gales (atual Realeza o Rei Charles), para desenvolver sistemas de relatórios e de tomadas de decisão que consideram as consequências mais amplas e de longo prazo. Isso inclui ações capazes de responder aos desafios de sustentabilidade do século 21 e inspirar líderes empresariais e financeiros para a construção de modelos de negócios resilientes e sustentáveis. Alguns brasileiros fazem parte desse grupo, como: Nelson Carvalho, Roberto Pedote e Vania Borgerth.

2005 ISE/B3

o Brasil foi pioneiro na América Latina em lançar uma carteira teórica de investimentos na Bolsa de Valores (B3), relacionada com os aspectos ESG, denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e foi o quarto em âmbito mundial. Foi um longo processo, aproveitando-se as experiências de outros países (EUA, Inglaterra e África do Sul) e sob a diretoria de Sonia Favaretto. Em 2010 foi criado o ICO2/B3, que é uma carteira do Índice de Carbono Eficiente, cujo objetivo é discutir o sobre mudanças do clima no Brasil

2006 STERN Review

o relatório STERN foi elaborado por Nicolas Stern, economista britânico e do Banco Mundial e refere-se a um estudo encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas neste século. Foi apresentado ao público em 30/10/2006, contendo 662 páginas e sua principal conclusão é que com um investimento de apenas 1% do PIB mundial, pode-se evitar uma perda correspondente a 20% desse mesmo PIB. Este relatório representou um marco na linha do tempo, pois despertou o interesse do mercado e das empresas em relação às mudanças climáticas globais. Em 2009 foi publicada uma versão brasileira deste relatório, sob a coordenação de Carlos Nobre e Jacques Marcovith, denominada Economia das Mudanças Climáticas do Brasil (EMCB), contendo as previsões de tudo o que pode ocorrer no país até o final do século, sendo indispensável a sua leitura.

Lei 11.638/2007 — 2007

o Brasil foi um dos pioneiros a adotar integralmente as normas internacionais de contabilidade ou International Financial Reporting Standards (IFRS), com a mudança da lei das Sociedades Anônimas. Foi uma mudança radical e as empresas tiveram prazo para implementar de 2007 até 2010. Apesar de ser uma mudança profunda, não havia originalmente nada previsto em relação aos aspectos ESG

Balanço Contábil das Nações (BCN) — 2008

foi a primeira pesquisa de natureza multidisciplinar do NECMA/USP, propondo um modelo para a elaboração de balanços contábeis de países, considerando-se informações de natureza ESG, como: PIB, consumo de energia, emissões de gases de efeito estufa, sumidouros de carbono, florestas e biodiversidades. Para a época foi a primeira iniciativa de um relato integrado. (Curiosamente, o artigo foi recusado num dos principais congressos de contabilidade no país, sob a alegação de que não se tratava de contabilidade; mas em seguida recebeu vários prêmios nacionais e internacionais)

Fernando Eliezer Figueiredo — 2009

gestor e especialista em sustentabilidade, foi um dos primeiros a questionar a academia sobre as mudanças na Lei das Sociedades Anônimas (2007) e a importância de se incluir aspectos socioambientais. Com base em suas provocações junto ao NECMA/USP, e ao consultar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), descobriu-se que não havia nada previsto em relação aos aspectos ESG e, por recomendação do professor Eliseu Martins, formou-se ações paralelas com esse fim

"Diálogo IFRS & GRI" — 2010

em 12/05/2010 foi realizado o primeiro evento no país para tratar sobre o relato integrado, ou a convergência dos relatórios contábeis com os relatórios de sustentabilidade. Este evento foi abrilhantado com a palestra de abertura pelo CEO internacional da GRI – Ernest Ligteringem – e contou a presença de pessoas do CPC e da GRI, dentre eles: Ernest Ligteringem, Glaucia Terro, Nelson Carvalho, Eliseu Martins, Ariovaldo dos Santos, Robert Henry Srou, Carlos Eduardo Lessa Brandão, Sonia Favaretto, Fernando Eliezer Figueiredo, Roberto Gonzales, Jacques Marcovith, Izak Kruglianskas, Carlos Roberto Azzoni, Mario Monzoni, Meire Ferreira, Yara Cintra e José Roberto Kassai

2010 Criação do IIRC

em 02/08/2010, três meses após a reunião na FEA/USP, o professor Nelson Carvalho e o CEO da GRI, Ernest Ligteringem, foram convidados para participar de uma reunião em Londres para a criação do Conselho Internacional do Relato Integrado ou Integrated Reporting Council (IIRC). Em sua composição, privilegiou-se a participação de especialistas em contabilidade (big four) e de um grupo de investidores com uma carteira invejável (16 trilhões de dólares). Segundo Carvalho, que representou a academia e o NECMA/USP, a reunião foi aberta por Sua Alteza o Príncipe de Gales (atual Realeza o Rei Charles) com as seguintes palavras: "Nossos filhos e netos não terão o mesmo nível de conforto que nós tivemos, diante dos fenômenos de mudanças climáticas, ... os relatórios corporativos atuais são insuficientes para que as empresas enfrentem os desafios deste século".

2011 Disciplina na FEA/USP

desde o ano de 2011 é oferecida na USP a disciplina "Relato Integrado e Sustentabilidade", dos quais já passaram mais de 1.5 mil alunos. É uma disciplina optativa e aberta a alunos de graduação e pós-graduação, e também para ouvintes da comunidade. Nos primeiros anos, os conteúdos baseavam-se nas anotações do professor Nelson Carvalho das reuniões da Comissão Internacional do Relato Integrado e, a partir de 2013, com base no framework IIRC e em palestras de muitos especialistas. Todos os materiais e vídeos estão disponíveis gratuitamente no link e no Canal Youtube @professorkassai.

Draft do Framework Integrated Reporting

no dia 11/11/2011, às 11hs (coincidência?), foi lançado na B3, e simultaneamente nas respectivas bolsas de valores dos países do G20, o primeiro rascunho do Framework do Relato Integrado

SASB (Sustainability Accounting Standards Board)

ou Conselho para Padrões Financeiros de Sustentabilidade, é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 2011 por Jean Rogers para desenvolver normas e padrões de contabilidade da sustentabilidade para cada um dos 77 setores adotados

2012

Criação da CBARI

dois após a criação da Comissão Internacional do Relato Integrado (IIRC), criou-se a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), sob a coordenação de Vania Borgerth (BNDES) e com a colaboração de mais de quatrocentos especialistas e voluntários.

RIO+20 e o artigo 47°

no relatório final da ONU, intitulado "O Futuro que Queremos", e com os esforços do IIRC, foi incluído o artigo 47° reconhecendo a importância do Relato Integrado e de Sustentabilidade e incentivando as empresas, os governos e partes interessadas a desenvolver os melhores modelos de relatos corporativos ESG. Segue o texto original:

"*We acknowledge the importance of corporate sustainability reporting and encourage companies, where appropriate, especially publicly listed and large companies, to consider integrating sustainability information into their reporting cycle. We encourage industry, interested governments and relevant stakeholders with the support of the United Nations system, as appropriate, to develop models for best practice and facilitate action for the integration of sustainability reporting, taking into account experiences from already existing frameworks and paying particular attention to the needs of developing countries, including for capacity building. (The future we want. United Nations. RIO+20 United Nations Conference on Sustainable Development, 20-22 Jun 2012*".

Campanha Relate ou Explique da B3

a Bolsa de Valores de São Paulo, sob a coordenação de Sonia Favaretto, lançou uma campanha para que as empresas listadas publicassem seus relatórios de sustentabilidade ou explicasse o motivo ou argumentos de não os fazer. Foi uma campanha exitosa e em pouco tempo todas as empresas passaram a publicar seus relatórios ESG. Algumas delas ainda o fazem por questões de marketing ou greewhashing, mas isso não importa nesse momento, pois há que se ter paciência e muito respeito para que as entidades se adequem nesse período de transição (próximas duas décadas), ou da "falência planejada das empresas do século 20" (Claude Henry/2012)

2013

Relato Integrado no IBGC

em outubro de 2013 o NECMA/USP participou do lançamento do livro "O Futuro da Governança Corporativa" do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo responsável pelo capítulo 10, intitulado "Relato integrado" (CARVALHO/KASSAI/2013).

Lançamento framework Integrated Reporting

finalmente, após quatro anos de reuniões quadrimestrais (inclusive aqui no Brasil), com o empenho dos 40 integrantes da Comissão Internacional do Relato Integrado (IIRC), e com a presença dos brasileiros Nelson Carvalho (USP), Roberto Pedote (Natura) e Vania Borgert (BNDES), foi divulgado internacionalmente a primeira norma do Relato Integrado, no formato de Framework (orientações e conteúdos principiológicos)

Empresas pioneiras do Relato Integrado

uma das ações para a implementação do Relato Integrado foi a adesão de empresas voluntárias em todo o mundo, com destaque para nove empresas brasileiras: BNDES, Itaú Unibanco, AES Brasil, Petrobrás, Via Gutenberg, Aegon NV, Votorantim, CCR e Natura.

2015 TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures)

é uma força tarefa para a divulgação de informações claras, comparáveis e consistentes sobre os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. Foi criado pelo Financial Stability Board (FSB), curiosamente por demanda dos setores bancários e financeiros

2016 Acordo de Paris

enquanto o Protocolo de Kyoto (1997) demorou duas décadas para ser regulamentado, o Acordo de Paris foi aprovado em dois meses na Conferência das Partes da ONU em Paris (COP 27). O seu objetivo único é: frear o aquecimento global e conter o aumento médio da temperatura global em até dois graus Celsius. Até 2023 a temperatura média já atingiu um aumento de 1.1 graus Celsius e, para que se tenha êxito no Acordo de Paris, provavelmente as metas terão que ser mais apertadas

Livro Integrated Reporting (Palgrave/Macmillan)

visando a divulgação internacional, o NECMA/USP participou como coautor do livro "Integrated Reporting a new accounting disclosure", sendo responsável pelo capítulo 10, intitulado "Integrated Reporting: When, why and how dit it happen?" (KASSAI/CARVALHO,2016).

2017 Campanha Relate ou Explique ODS da B3

a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), lançou uma segunda campanha para que as empresas listadas passassem a relatar sobre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) ou explicar o motivo ou argumentos para não os fazer. A iniciativa voluntária abrangeu o universo de mais de 400 empresas e mais de 40% delas já aderiram

2018

Adoção do Relato Integrado pelo TCU

o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Decisão Normativa TCU 170/2018 de 26/12/2018, tornou obrigatório o uso do Relato Integrado nos relatórios de prestação de contas de todas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC), com base no framework do Integrated Reporting (RI). Diante dos problemas de corrupção, esta decisão atende à Lei 13.303/2016, de responsabilidade das estatais, objetivando maior transparência e confiança perante a sociedade dessas instituições. O gestor é o responsável pelo processo de agregação de valor de sua entidade

Capítulo Relato Integrado no livro Manual da FIPECAFI (GEN/ATLAS)

o NECMA/USP escreveu um capítulo adicional sobre Relato Integrado para o Manual de Contabilidade Societária da FIPECAFI, 3ª edição, 2018

2019

Livro Contabilidade Ambiental Relato Integrado e Sustentabilidade (GEN/ATLAS)

O NECMA/USP lançou este livro com os conteúdos da disciplina EAC558 Relato Integrado e Sustentabilidade, oferecida na FEA/USP desde 2011. Ele aborda contabilidade e finanças para ecologistas e sustentabilidade para executivos de negócios.

2020

OCPS 09 do CFC

em 2019 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) constituiu um grupo de trabalho para a análise e elaboração de norma sobre relatórios ESG e, após o prazo de audiência, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e editou a Orientação CPC n° 09 sobre Relato Integrado (OCPC-9). Imediatamente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Resolução n° 14, orientando as empresas a adotarem o Framework do Relato Integrado na elaboração de relatórios ESG

2021

Revisão do Framework do RI

em janeiro de 2021, uma revisão do framework do IIRC foi publicada, após processo global de audiências públicas com 1.5 mil respondentes, mas com poucas alterações relevantes

Value Reporting Foundation (VRF)

em junho de 2021 o International Integrated Reporting Council (IIRC) e o Sustainability Accounting Standards Boards (SASB) se fundiram na Value Reporting Foundation (VRF), com o objetivo de oferecer um conjunto abrangente de recursos para ajudar empresas e investidores a desenvolver uma compreensão compartilhada do valor empresarial, com base no princípio do pensamento integrado, no framework do Relato Integrado e nas ferramentas e padrões do SASB

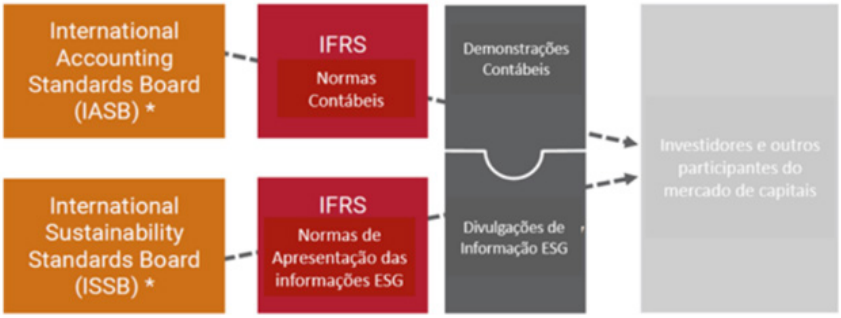
2022 IFRS Foundation

em agosto de 2022 a Value Reporting Foundation (VRF) se fundiu à IFRS Foundation e foi criado uma nova entidade denominada International Sustainability Standards Board (ISSB) e, junto com o International Accounting Standard Board (IASB), trabalham juntos para chegar a um acordo sobre como construir e integrar a estrutura de Relatos Integrados e incentivar a adoção contínua do Integrated Reporting Framework

IFRS Foundation – ISSB e IASB

portanto, a partir de agosto de 2022, a IFRS Foundation é o órgão atual responsável pela emissão das normas dos relatos corporativos, tendo duas divisões: o IASB responsável pelas normas contábeis, e o ISSB responsável pelas normas da apresentação das informações ESG. Veja a sua estrutura na figura seguinte

Estrutura normativa da IFRS Foundation



* IIRC atua como órgão consultivo para o IASB e o ISSB com relação à conectividade da informação via conceitos e princípios orientadores do Relato Integrado

Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS)

o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com base na resolução CFC 1.670 de 9/06/2022, criou o **CBPS**, cujo objetivo é: o estudo, a preparação, a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade, e a divulgação de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, levando sempre em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo *International Sustainability Standards Board (ISSB)*. O CBPS é composto por dois representantes de cada uma das seguintes instituições: **Abrasca, Apimec, B3, CFC, Ibracon, Fipecafi, assim como de entidades representativas de investidores do mercado de capitais**

2023 Resolução n° 59/2021 da CVM

a partir de 2 de janeiro de 2023 entra em vigor a Resolução CVM 59/21 que altera a resolução 480-481/2009 com as seguintes alterações: (1) obrigatoriedade de reportar as métricas ESG, (2) ampliação dos aspectos ESG nos formulários de referências

IFRS Sustainability Disclosure Standards (IFRS-S)

os dois primeiros IFRS Sustainability Disclosure Standards (IFRS S1 e IFRS S2) estão previstos para serem emitidos no decorrer do ano de 2023 e com vigência a partir de 2024, rumo à obrigatoriedade de adesão pelas entidades empresariais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que tal fazermos um resumo da linha do tempo da trajetória do Relato Integrado com base na "sopa de letras e siglas" da figura a seguir?

Resumindo, já passamos da fase das normas de caráter orientativos e principiológicos ou do que fazer (Framework); e entramos na fase de como fazer (Standards), com base nas normas a serem validadas internacionalmente.

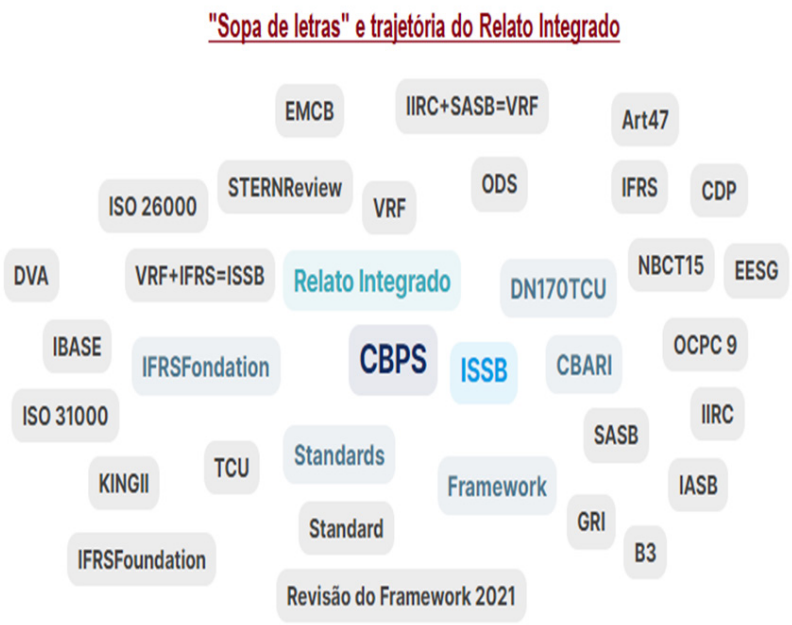
São muitas as entidades que contribuíram e continuam contribuindo para esse tão almejado objetivo, ou seja: a implementação padronizada, comparável e compulsória de Relatos Integrados e de Sustentabilidade. O IIRC não se extinguiu, nem o Relato Integrado, mas continuam fazendo parte e contribuindo, agora, para este modelo de sucesso que foi adotado na implementação e convergência das IFRS no mundo e no Brasil (2007/2010). Os dois braços internacionais da IFRS Fondation – IASB e ISSB– serão os responsáveis pela elaboração das normas contábeis e de relatos ESG ou das "IFRS-S".

Para atendimento ao princípio da legalidade, essas normas serão validadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) – dos quais três dos coautores deste artigo fazem parte – e simultaneamente, pelos respectivos órgãos normativos de cada setor.

Para finalizar, já que estamos vivendo uma nova fase de "Standards", mesmo que ainda numa fase imatura: o que é um relato integrado na prática?. Como se define ou se aprimora um modelo de negócios?, como se determina os conteúdos relevantes ou materiais?, como a entidade lida com os princípios básicos ou com os oito elementos de conteúdo?, qual a delimitação dos seis capitais?

Esses temas serão discutidos na próxima edição, com espaços para discussões e exemplos práticos e você poderá entender o porque o GRI não se tornou o próprio relato integrado e a essência do pensamento integrado.

Concluindo esta edição, o desafio está tanto no mundo profissional, na academia e nos órgãos normativos – pois essa nova realidade de comunicação e de gestão corporativa ainda são novidades para todos – e irá provocar mudanças à altura dos desafios previstos para este século 21.



Vania é professora da FUCAPE e NECMA/FEA/USP, doutoranda em Relatos Corporativos (FUCAPE), mestre em Contabilidade (IBMEC) e em Contabilidade Internacional IFRS (FIPECAFI). Membro do Accounting for Sustentability (A4S), diretora do International Ethics Standards Board for Accounting (ISAR/ONU), representante do IBGC no International Integrated Reporting Council (IIRC). Contadora do BNDES (1992-2020) e Coordenadora da Comissão Brasileira do Relato Integrado (CBARI) – vborgerth@gmail.com

Eduardo é professor da FEA/USP, doutor em Contabilidade e Controladoria (USP), mestre em Ciências Contábeis (Fecap), graduado em Ciências Contábeis (Fecap) e em Ciências Atuariais (USP), pós-doutorado na FEA/USP e FGV/SP. Membro Advisory Council of IFRS Fondation, Board-member of the International Integrated Report Council (IIRC), membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – eduardoflores@usp.br

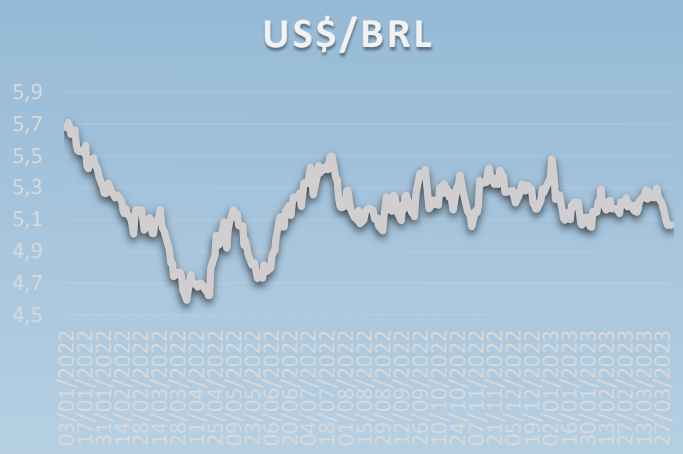
Guillermo é professor da FEA/USP e da FIPECAFI, doutor em Controladoria e Contabilidade, graduado em ciências contábeis (FIPECAFI) e em ciências econômicas (Unicamp), auditor e conselheiro de diversas empresas, membro do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – braunbeck@usp.br

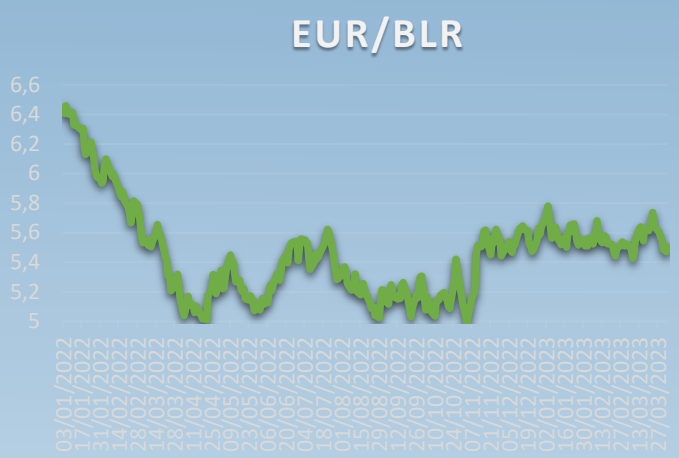
Fernando é professor da FEA/USP e FD/USP, doutor em Controladoria e Contabilidade (USP), mestre em Contabilidade (UFSC), graduado em Administração (EUA), em Contabilidade (UNIVALI) e em direito (UNIP). Diretor de pesquisas (FIPECAFI), membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – murcia@usp.br

João é professor e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp), mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável (Unicamp), graduado em Agronomia (UFPE e UEBA). Membro do NECMA/USP – joao.mangabeira@embrapa.br

José é professor da FEA/USP, FIPECAFI, UNIVESP e ENAP, doutor em Contabilidade Ambiental. Autor e coautor de duas centenas de artigos e de 15 livros, com destaque para Contabilidade Ambiental – Relato Integrado e Sustentabilidade (GEN/ATLAS, 2019). Coordenador do NECMA/USP/FIPECAFI – jrkassai@usp.br

Câmbio





Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA)

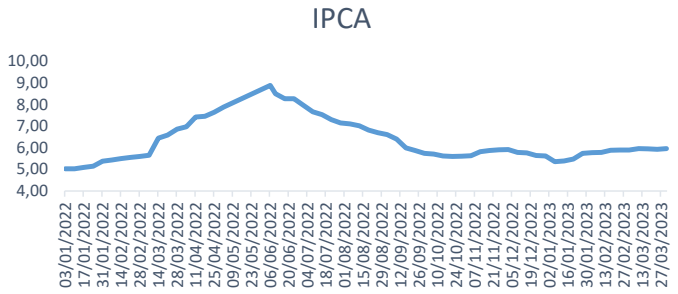
O IPCA de março de 2023 registrou 0,71%, 0,13 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de fevereiro (0,84%). No acumulado de 12 meses, o IPCA passou a ser de 4,65%, ante 5,60% em janeiro. No acumulado de 12 meses, inflação é a menor desde janeiro de 2021.

Resultado IPCA (em %)														
IPCA	**fev/22**	**Mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**Jun/22**	**Jul/22**	**ago/22**	**set/22**	**out/22**	**Nov/22**	**dez/22**	**Jan/23**	**fev/23**	**Mar/23**
No Mês	1,01	1,62	1,06	0,47	0,67	- 0,68	- 0,36	- 0,29	0,59	0,41	0,62	0,53	0,84	0,71
No Ano	1,56	3,20	4,29	4,78	5,49	4,77	4,39	4,09	4,70	5,13	5,79	0,53	1,37	2,09
12 Meses	10,54	11,30	12,13	11,73	11,89	10,07	8,73	7,17	6,47	5,90	5,79	5,77	5,60	4,65

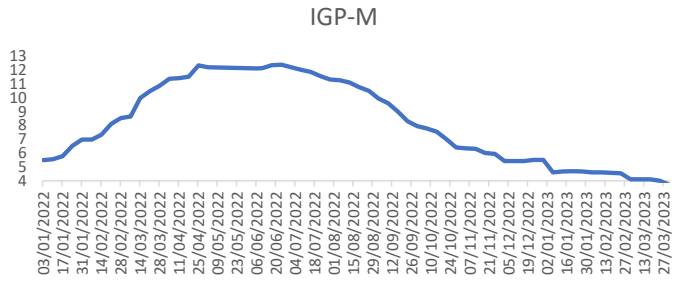
Fonte: IBGE

Evolução das expectativas de mercado (focus)

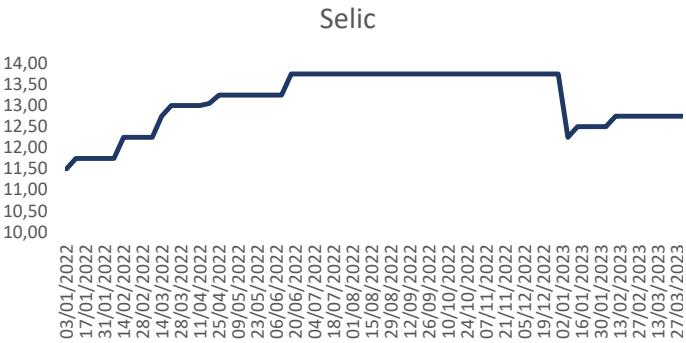
Para o PIB, os analistas vêm demonstrando estabilidade nas projeções do ano de 2023, que atualmente se encontra em 0,90%.



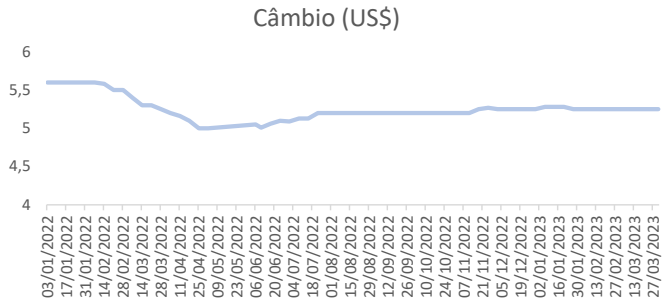
Fonte: BCB



Fonte: BCB



Fonte: BCB



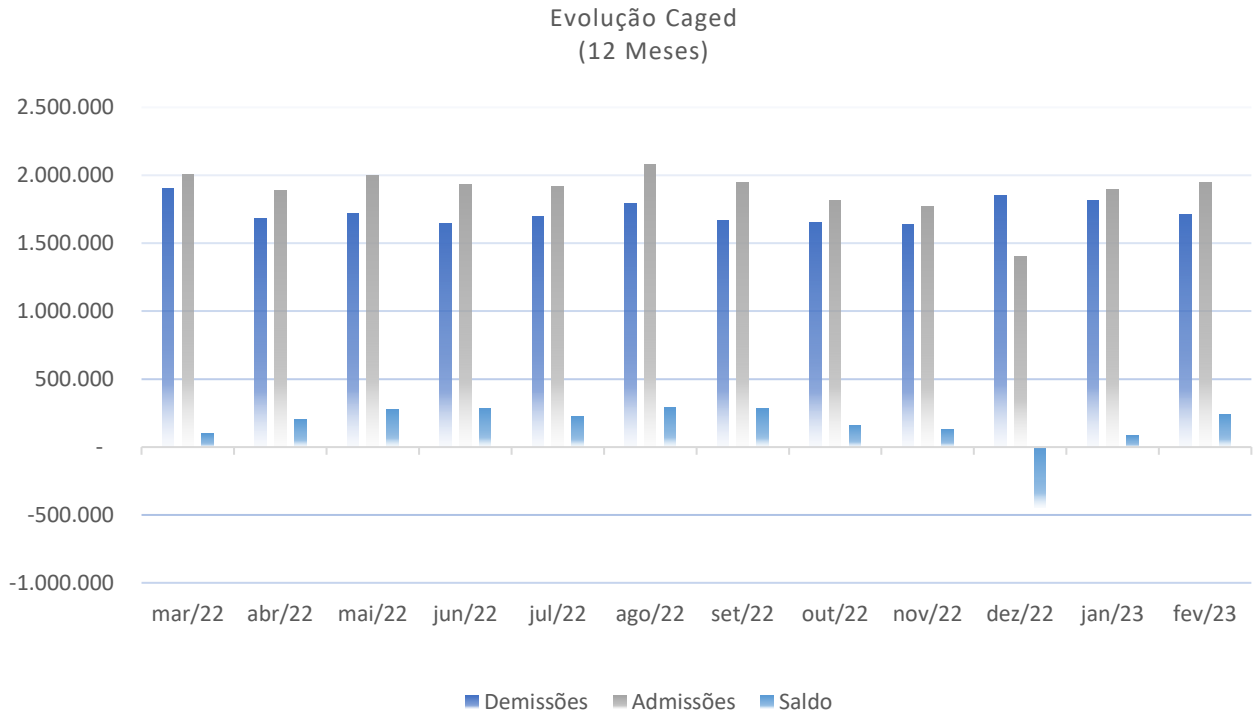
Fonte: BCB

Fonte: BCB

Já a previsão para o indicador oficial da inflação observa alta, chegando neste início de mês a 5,96%. Sobre a Selic, a expectativa para este ano é de 12,75%, Por fim, a expectativa para o câmbio do dólar, após algumas variações se encontra estável em R$ 5,25.

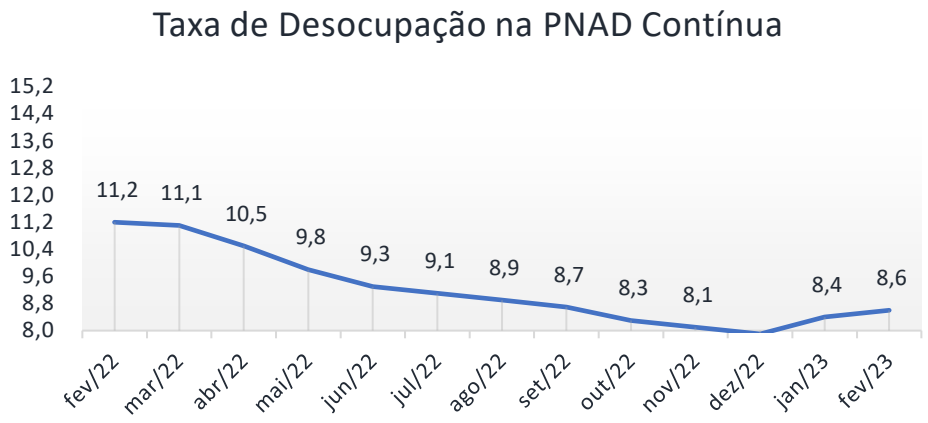
Geração de emprego formal (Caged)

A economia brasileira iniciou o ano de 2023 com quase de 2 milhões de novas vagas no mercado formal.



Para quase todos os meses analisados, os dados do Caged indicam admissões acima das demissões, com excessão do mês de dezembro/22, quando essa relação se inverte, indicando uma perda de 444 mil postos formais emprego. Os dados de fevereiro reforçam a tendência positiva iniciada em janeiro/22, com quase o triplo do total de vagas geradas. Destaca-se também que o governo vem corrigindo constantemente os números do Caged, tendo em vista o delay existente no processo de informação sobre as admissões e contratações pelas entidades do mercado.

Evolução da força de trabalho (PNAD contínua)

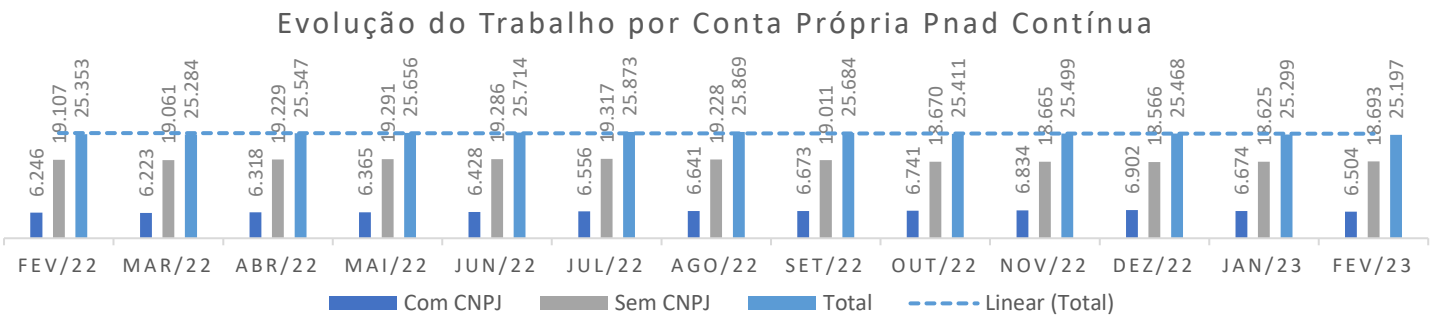


Mostrando o cenenario divulgado em fevereiro, o destaque fica para a taxa de desocupação em 8,6%.

Desocupação da economia brasileira													
Tipo	**fev/22**	**Mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**Jun/22**	**Jul/22**	**ago/22**	**set/22**	**out/22**	**Nov/22**	**dez/22**	**Jan/23**	**fev/23**
%	11,2	11,1	10,5	9,8	9,3	9,1	8,9	8,7	8,3	8,1	7,9	8,4	8,6
Nº Absoluto (Mil pessoas)	12.016	11.949	11.349	10.631	10.08	9.882	9.694	9.46	9.022	8.741	8.572	8.995	9.224

Fonte: IBGE

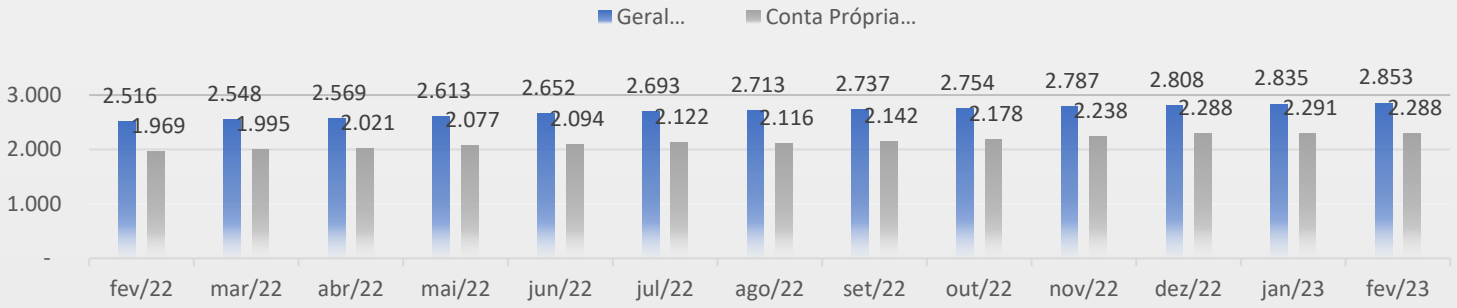
O número absoluto de desocupados (9,224) cresceu frente a janeiro. Já a população ocupada é estimada em 98,1 milhões. O rendimento médio do trabalhador, por sua vez, vem demonstrando leves aumentos mês a mês.



Categoria de trabalho por conta própria (em mil pessoas)													
Tipo	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**	**jul/22**	**ago/22**	**set/22**	**out/22**	**nov/22**	**dez/22**	**jan/23**	**fev/23**
Com CNPJ	6.246	6.223	6.318	6.365	6.428	6.556	6.641	6.673	6.741	6.834	6.902	6.674	6.504
Sem CNPJ	19.107	19.061	19.229	19.291	19.286	19.317	19.228	19.011	18.670	18.665	18.566	18.625	18.693
Total	25.353	25.284	25.547	25.656	25.714	25.873	25.869	25.684	25.411	25.499	25.468	25.299	25.197

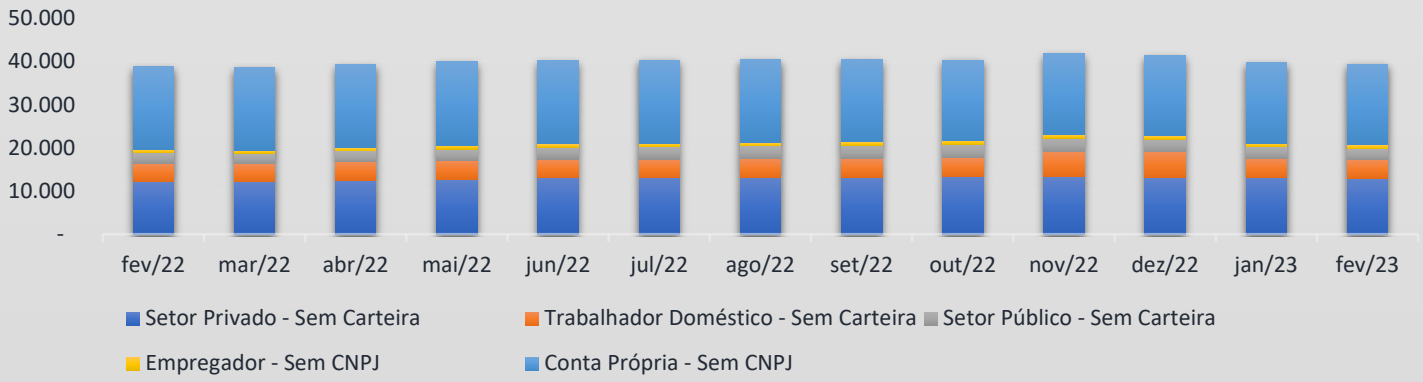
Fonte: IBGE

RENDIMENTO MÉDIO REAL (EM R$)													
Tipo	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22	ago/22	set/22	out/22	Nov/22	dez/22	Jan/23	fev/23
Geral (Corrigido)	2.516	2.548	2.569	2.613	2.652	2.693	2.713	2.737	2.754	2.787	2.808	2.835	2.853
Conta Própria (Nominal)	1.969	1.995	2.021	2.077	2.094	2.122	2.116	2.142	2.178	2.238	2.288	2.291	2.288

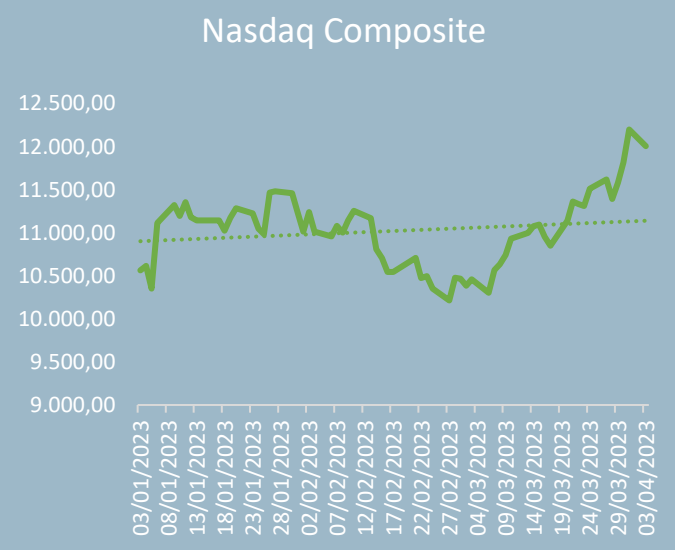


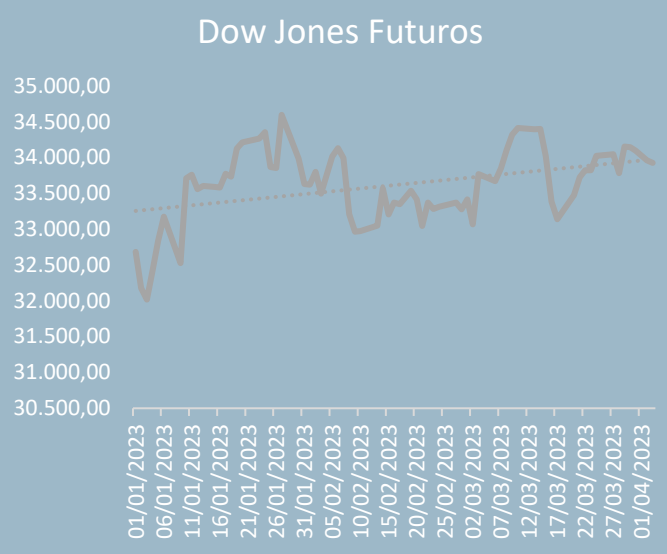
O trabalho informal registrou crscimento e os números seguem expressivos. No mês de fevereiro, foram quase 40 milhões de trabalhadores na informalidade - incluindo a categoria de trabalho doméstico. Desse total, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ somam mais de 18 milhões.

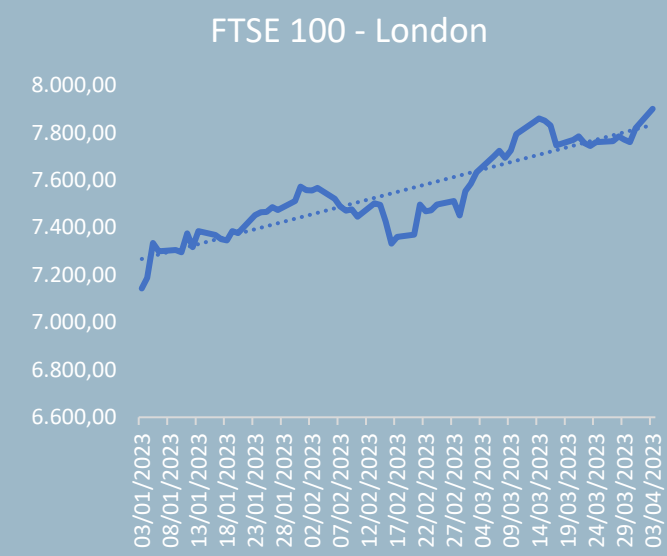
EVOLUÇÃO DO TRABLAHO INFORMAL (EM MIL PESSOAS)													
Categoria	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22	ago/22	set/22	out/22	Nov/22	dez/22	Jan/23	fev/23
Setor Privado - Sem Carteira	12.281	12.216	12.474	12.804	13.043	13.075	13.16	13.212	13.372	13.309	13.236	13.108	12.96
Trabalhador Doméstico - Sem Carteira	4.233	4.205	4.36	4.373	4.385	4.348	4.372	4.401	4.399	5.864	5.833	4.399	4.292
Setor Público - Sem Carteira	2.397	2.351	2.497	2.6	2.738	2.851	2.934	3.055	3.117	3.129	2.972	2.777	2.672
Empregador - Sem CNPJ	775	785	797	891	800	776	790	808	828	832	814	790	756
Conta Própria - Sem CNPJ	19.107	19.061	19.229	19.291	19.286	19.317	19.228	19.011	18.67	18.665	18.566	18.625	18.693
Total	**38.793**	**38.618**	**39.357**	**39.959**	**40.252**	**40.367**	**40.484**	**40.487**	**40.386**	**41.799**	**41.421**	**39.699**	**39.373**

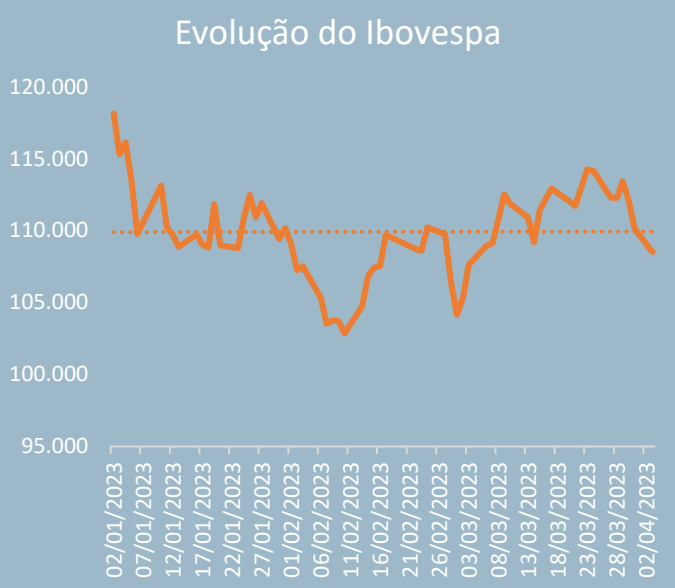


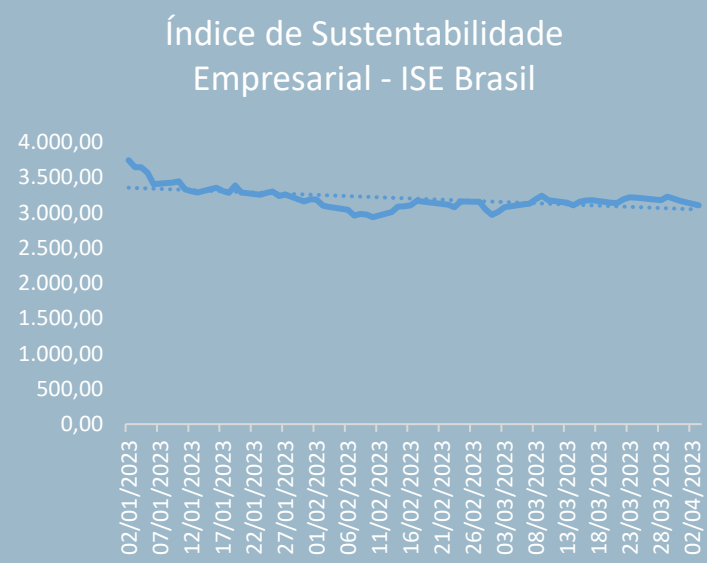
Desempenho do mercado de capitais





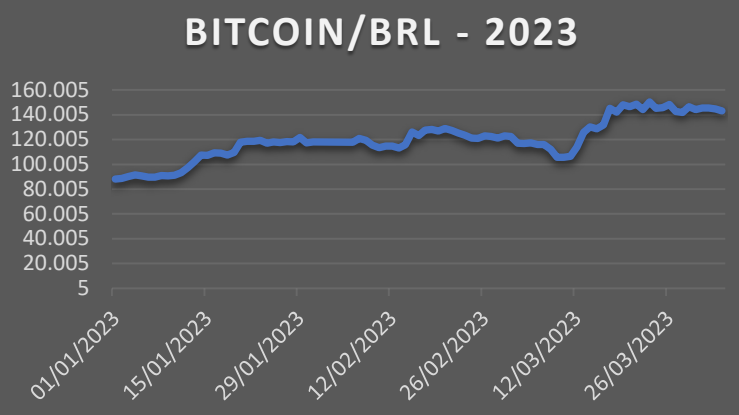


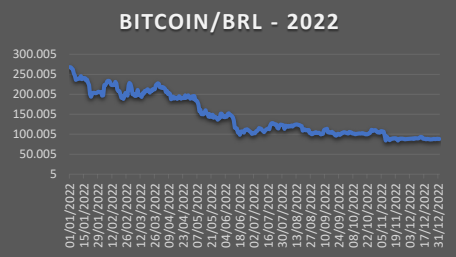


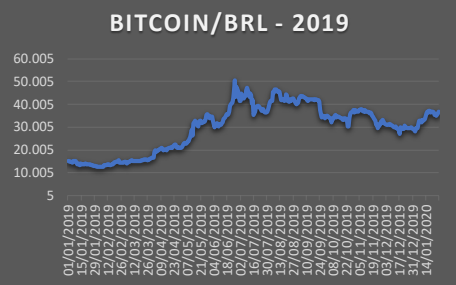


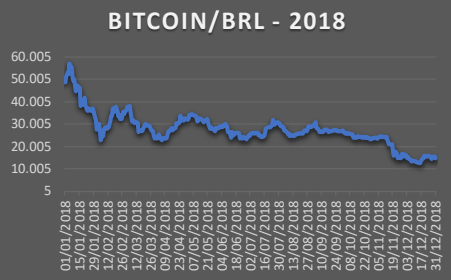
Criptomoedas

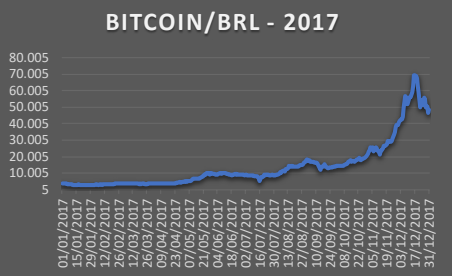
O Bitcoin teve grande valorização desde seu lançamento em 2017 chegando ao patamar de R$ 350.000 em novembro de 2021. Desde então, vem caindo sua cotação chegando à mínima em R$ 101,808 em seu pior dia de março de 2023.

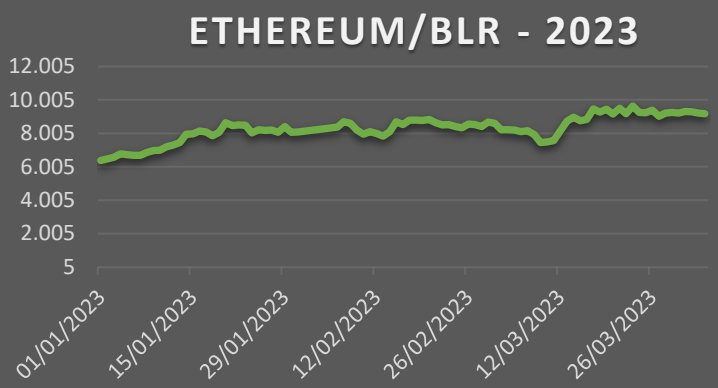


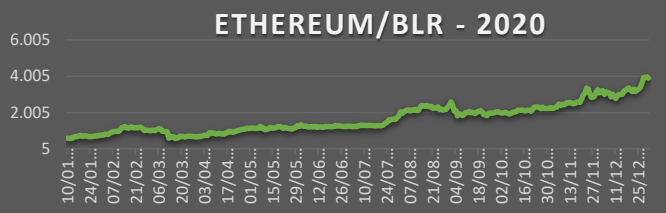


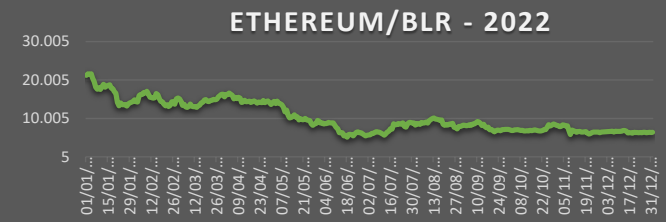


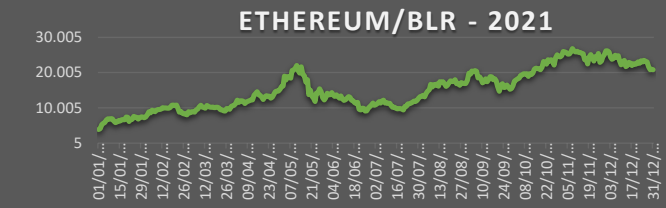








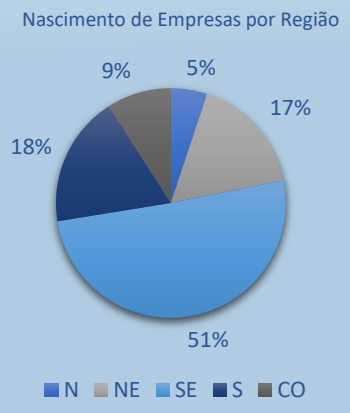


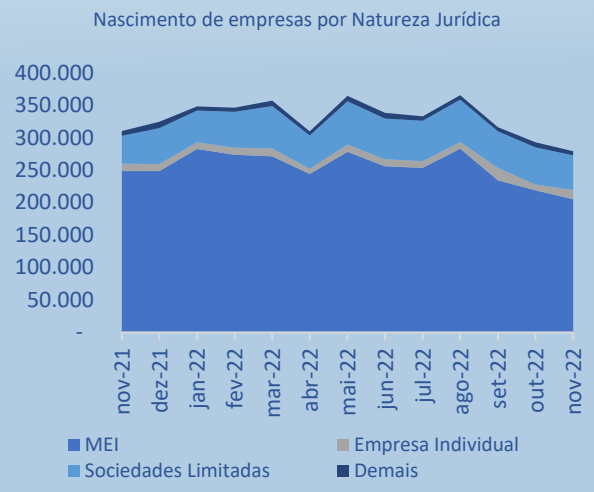


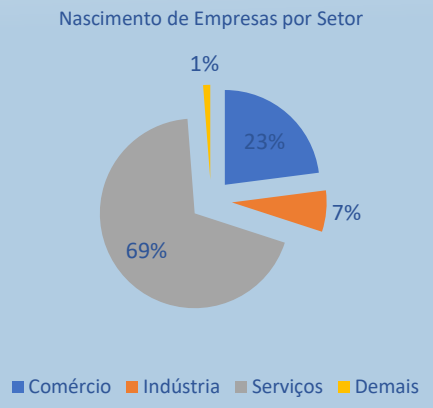
O Ethereum por sua vez, lançado em 2020, também chega a sua cotação máxima em novembro de 2021, R$25.880, e decresce em março de 2023 para a cotação mínima de R$ 7.144,11.

Nascimento de empresas

No mês de novembro de 2022 foram quase de 280 mil CNPJ criados. O número significa 14 mil empresas abertas a menos no mês do que o registrado no mês anterior. Seguindo a tendência verificada ao longo dos últimos 12 meses, o Sudeste segue com os números mais expressivos, bem como a quantidade de novas empresas no setor de serviços. Em relação à natureza jurídica desses novos empreendimentos, 205 mil são MEI. Confirmando dados apontados pelos indicadores de emprego, o trabalho por conta própria se mostra continuamente importante para a economia brasileira. Cabe destacar que a Serasa Experian divulgou de uma vez os meses de julho, agosto e setembro.







Mês	Região					Setor				Natureza jurídica				Total
	N	NE	SE	S	CO	Comércio	Indústria	Serviços	Demais	MEI	Empresa Individual	Sociedades Limitadas	Demais	
NOV-21	17.618	56.632	148.394	61.343	26.556	86.228	27.725	191.471	5.119	248.513	11.389	43.157	7.484	310.543
DEZ-21	16.381	54.331	170.667	56.275	26.866	80.411	24.193	215.209	4.707	248.513	11.008	55.533	9.466	324.52
JAN-22	17.349	59.452	178.028	62.57	31.238	77.615	25.299	241.606	4.117	283.021	10.038	48.789	6.789	348.637
FEV-22	17.276	56.761	179.956	61.978	30.509	76.756	25.506	240.809	3.409	274.145	10.82	55.283	6.232	346.48
MAR-22	18.831	59.218	177.874	66.8	34.571	80.017	24.563	248.434	4.28	271.575	12.086	65.22	8.413	357.294
ABR-22	16.833	51.569	154.783	57.236	29.388	69.439	20.777	216.619	2.974	244.286	7.837	51.435	6.251	309.809
MAI-22	19.637	61.775	185.248	64.761	33.553	82.981	24.831	252.867	4.295	278.145	11.684	66.342	8.803	364.974
JUN-22	17.989	52.586	173.1	62.113	32.609	76.156	22.761	235.037	4.443	256.154	11.078	62.36	8.805	338.397
JUL-22	15.903	55.94	168.993	61.741	30.621	75.484	22.362	231.796	3.556	253.624	10.494	62.003	7.077	333.198
AGO-22	18.322	61.494	184.625	67.709	33.679	81.825	25.293	255.006	3.705	283.049	10.693	65.11	6.977	365.829
SET-22	15.188	52.734	159.234	60.14	28.942	69.551	21.807	221.536	3.344	234.542	19.01	56.54	6.146	316.238
OUT-22	13.844	47.698	149.075	56.495	26.259	65.679	19.546	203.551	4.595	219.154	9.101	57.219	7.897	293.371
NOV-22	13.925	47.224	140.435	52.305	25.474	62.502	17.509	195.825	3.527	205.395	13.99	53.544	6.434	279.363
Total	219.096	717.414	2.170.412	791.466	390.265	984.644	302.172	2.949.766	52.071	3.300.116	149.228	742.535	96.774	4.288.653
%	5%	17%	51%	18%	9%	23%	7%	69%	1%	77%	3%	17%	2%	100%

Macroeconômicas

14/Abr - Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

17/Abr – Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) e os componentes: IPA-10, IPC-10 e INCC-10

19/Abr - Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil (PIM – PF)

19/Abr - Monitor do PIB

25/Abr - Sondagem do Consumidor

25/Abr - Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

26/Abr - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA – 15)

26/Abr - Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Regional (PIM – PF)

26/Abr - Sondagem da Construção

26/Abr – Índice Nacional de Custos da Construção – Mensal (INCC-M)

27/Abr – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

27/Abr - Sondagem da Indústria

27/Abr – Índice Geral de Preços – Mensal (IGP-M) e os componentes: IPA-M e IPC-M

27/Abr - Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

28/Abr - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua)

28/Abr - Sondagem do Comércio

28/Abr - Sondagem de Serviços

10/Mai - Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil (PIM – PF)

12/Mai - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Ficha Técnica

HEAD EDITORIAL
Edgard Cornacchione

HEAD DE PESQUISA
Fernando Dal-Ri Murcia

RELAÇÃO COM O MERCADO
Gabriel Emir Moreira e Silva

JORNALISTA
Fernanda Araujo S. Zambianco

SÉRIES E DADOS
Marcelo Souza

ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO
Victor Boscato

DESIGNER
Bruna Coelho Cruz

denarius.info

/boletimdenarius

denarius@fipecafi.org

@BoletimDenarius

@BoletimDenarius

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área financeira que estejam interessados em compreender, de forma precisa e objetiva, a influência da Economia e do mercado no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.